



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

REGISTRO DE PREÇO Nº.../2026

TIPO: MENOR PREÇO (POR LOTE)

MODO DE DISPUTA: (ABERTO)

Nº DA LICITAÇÃO NO BB: 1095645

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE VILA RICA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Avenida Brasil, Nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO SALOMÃO PIMENTA**, torna público, para o conhecimento dos interessados; e por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, que realizará Pregão Eletrônico para Registro de Preço, que será regido pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal 007 de 22 de janeiro de 2024; suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

IMPORTANTE:

- Início Acolhimento das propostas:

02/07/2026 às 08h00min

- Abertura da sessão:

06/07/2026 às 08h30min

- Início da Disputa de Preços:

06/07/2026 às 09h00min

- Formalização de Consultas:

Até 03 (Três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº. da licitação.

E-mail: licitacao@vilarica.mt.gov.br



- Referência de Tempo:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

- Remessa de Documentos:

PLATAFORMA LICITACOES-E

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Vila Rica, denominada Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S.A., constante da página eletrônica do Banco do Brasil, ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br.

2 - OBJETO DO PREGÃO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo 01 deste Edital.

3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 - Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas pelo e-mail: licitavilaricamt@yahoo.com.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, informando o número da licitação.

4 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS

4.1 - A PROPONENTE deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, atentando, também para a data e horário para o início da disputa de preços, conforme disposto na página 1 - preâmbulo deste Edital.

5 - REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6 - CONDIÇÕES GERAIS

6.1 - A participação neste Pregão implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos.

6.2 - Não poderão participar do presente Pregão, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:



A. Suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Vila Rica ou outro órgão público, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;

B. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

C. Que se encontrem sob falência decretada, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

6.3 - Não será permitida a participação sob a forma de consórcios.

6.4 - Não será admitida a subcontratação.

6.5 - Não poderão participar deste Pregão empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

6.6. - Não poderão participar aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.7. - Não poderão participar empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.8. - Não poderão participar agente público do órgão ou entidade licitante.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira Oficial designada pela portaria nº 12/2015 de 13 de janeiro de 2015, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

Coordenar o processo licitatório;

A. Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;

B. Conduzir a sessão pública na internet;

C. Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

D. Dirigir a etapa de lances;

E. Desclassificar propostas indicando os motivos;

F. Verificar e julgar as condições de habilitação;

G. Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

H. Indicar o vencedor do certame;

I. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

J. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;



K. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

- CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-E

7.2 - Para acesso ao sistema eletrônico Licitações-e, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

7.2.1 - Os interessados em se credenciar no aplicativo Licitações-e poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil S.A., telefone: 0800 729 0001, ou na cartilha para fornecedores, disponível na opção “introdução às regras do jogo” no site www.licitacoes-e.com.br.

7.3 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal, junto às Agências do Banco do Brasil, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular propostas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema licitações-e.

7.3.1 - No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

7.4 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa licitante, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

7.5 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A., devidamente justificado.

7.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. ou à Prefeitura Municipal de Vila Rica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 - O credenciamento da PROPONENTE e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.8 As Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) serão reconhecidas automaticamente pelo sistema, através da verificação do porte da Empresa na Receita Federal.



7.9 Para obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, bem como, na Lei Complementar 147/2014, a licitante deverá, no ato de envio da proposta eletrônica, declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do artigo 3º da referida lei.

- PARTICIPAÇÃO -

7.10 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL

7.10.1 - - Os licitantes arrematantes terão o prazo de até 4 (quatro) horas após o encerramento do pregão, para anexar os documentos exigidos em edital e a proposta ajustada devidamente assinada digitalmente, na plataforma licitações, caso não possua assinatura digital, a proposta deverá ser entregue no setor de licitação em até 5 (cinco) dias.

7.10.2 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas a data e horário limite estabelecidos na página 1 - preâmbulo deste Edital.

7.11 - Os dados para acesso devem ser informados no site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.

7.12 - É recomendável que os licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo Banco do Brasil e apenas na data e horário previstos para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas.

7.13 - A PROPONENTE, ao cadastrar sua proposta, deverá atentar para o campo previsto para descrever as informações exigidas – INFORMAÇÕES ADICIONAIS da proposta eletrônica de preços, e verificar se no Anexo 1 deste Edital está fazendo tal exigência, a fim de não ter sua proposta DESCLASSIFICADA da etapa competitiva de lances.

7.14 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do Edital. A PROPONENTE declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

7.15 - A PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. ou a Prefeitura Municipal de Vila Rica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.16 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a PROPONENTE às sanções previstas neste edital.



7.17 - A validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.18 - Caberá à PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.19 - A PROPONENTE deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviolabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

- ABERTURA -

7.20 - A partir do horário previsto na página 1 – preâmbulo do Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira.

7.21 - Até a abertura da sessão, as PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.22 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.23 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.24 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas, para a fase de lance.

7.25 - A Pregoeira dará início à fase competitiva, quando então as PROPONENTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.26 - Aberta a etapa competitiva, os representantes das PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado a PROPONENTE será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.27 - A PROPONENTE somente poderá oferecer lance inferior, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme disposto no Anexo 5 deste Edital.

7.28 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.29 - Os lances ofertados serão no valor global do lote. Na contratação, para o cálculo do valor unitário, será dividido o valor do lance, pela quantidade total de unidades licitadas do Lote. No caso em que esta divisão resultar em um valor unitário com centavos, serão considerados, SOMENTE, as 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

7.30 - Durante o transcurso da sessão pública, as PROPONENTES serão informadas, em tempo real, dos seus respectivos últimos lances registrados no sistema, do menor lance registrado, bem como da ordem de classificação.



7.31 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.32.- Tipo de encerramento da disputa: prorrogação automática.

7.32.1 - O tempo aleatório será controlado pelo sistema eletrônico, o qual encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, podendo transcorrer para prorrogação automática.

7.32.2.- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.32.3.- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.33 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à PROPONENTE que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais PROPONENTES.

7.34 - No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às PROPONENTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.35 - Quando a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação às PROPONENTES participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.36.- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.37 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação.

7.38 - A habilitação das PROPONENTES será avaliado na forma da Lei 14.133/2021.

7.39 - A licitante vencedora deverá encaminhar o original do detalhamento da proposta econômica solicitadas no Anexo 4 deste Edital, no valor do menor lance cotado ou negociado, nos prazos e formas fixadas no referido Anexo.

7.40 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a PROPONENTE desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa, a negociação será realizada na forma do subitem 7.28 deste Edital.

7.41- No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

7.42 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a Pregoeira declarará a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do referido Pregão, caso não haja recurso.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **Menor Preço**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, tributos e encargos, custos diretos e indiretos e as demais condições definidas neste Edital.

8.2. A classificação se dará em ordem crescente dos preços cotados, sendo considerada vencedora da etapa de lances, a proponente que cotar/negociar o MENOR PREÇO.

8.3. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço unitário e total.

8.4. A proponente deverá apresentar a Proposta ajustada ao preço do último lance cotado ou negociado, pela plataforma licitacoes-e ou no e-mail no prazo de até 4 (quatro) horas após o encerramento do pregão, a mesma deverá ser assinada digitalmente caso não possua assinatura digital, a proposta deverá ser entregue no setor de licitação em até 5 (cinco) dias.

8.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6. No recebimento dos documentos originais não serão aceitos nenhuma data posterior a data do pregão, inclusive autenticações.

8.7. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [Art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consultas pela pregoeira.

8.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. Contiver vícios insanáveis;

8.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência ou no Anexo 8 do edital;

8.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



8.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

9.1. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;

9.1.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para realização do certame, **até as 13:30hs**, o apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro (a) Oficial ou pelo email: licitacao@vilarica.mt.gov.br, que tem o prazo de 03 (três) dias úteis para respondê-las, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.1.3. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame;

9.1.4. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 156 da lei 14.133/2021 e legislação vigente.

9.2. DOS RECURSOS;

9.2.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico ou protocolado devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura para o Pregoeiro (a) oficial.

9.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.2.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10. PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.4. Fraudar a licitação.

10.1.5. Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erra no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.6. Praticar atos ilícitos com visa a frustrar os objetivos da licitação.



10.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.1.8. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Vila Rica, ou outro órgão público, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.9. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (dias) úteis na Gerência de Tributação, a contar da comunicação oficial, conforme dispostos nos artigos [art. 155, 156, §4º, 1º, 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1 e 10.1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1 e 10.1.2, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#) de 3 (três) a 6 (seis) anos.

10.1.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.1.13. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de fato superveniente devidamente justificado como nos casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.



10.1.14. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

10.1.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto aos três primeiros classificados.

11.2 - A Assessoria Jurídica convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidades legais.

11.2.1 - O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento Jurídico.

11.3 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar os serviços ao respectivo preço registrado, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 - Inexecução contratual pelo primeiro classificado, por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;

11.3.2 - Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.

11.4 - Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 11.2 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.

11.5 - Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

11.6 - A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

11.7 - Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas no artigo 82 da Lei 14.133/2021.

12 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - Conforme Cláusula Oitava da Minuta da Ata, ANEXO 02 deste Edital.

13. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO



13.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 alterada pela lei 14.770 do dia 22 de dezembro de 2023.

13.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

13.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuada por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.5. A prefeitura de Vila Rica MT, será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Vila Rica revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

14.2 - A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.3 - É facultado a Pregoeira ou autoridade superior:

A. Proceder, em qualquer fase da licitação, consultas ou promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;



B. Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de classificação da licitante e habilitação, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;

C. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

D. O direito de solicitar apresentação de amostras em embalagens próprias e/ou demonstração do produto cotado, ficando neste caso os licitantes obrigados a atenderem a solicitação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, entregando-as no local estipulado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação.

14.4 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.5 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 - As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais, que se fizerem necessárias à elaboração das Propostas, deverão ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico via internet (e-mail), conforme informações constantes do Item 3 deste Edital, a Pregoeira, com antecedência de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da Sessão.

14.6.1 - Os pedidos de esclarecimentos de que trata o subitem 14.6 não constituirão, necessariamente, motivos para que se altere a data e o horário do Pregão.

14.6.2 - As questões formuladas, bem como as respostas de interesse geral, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

14.7 - As alterações do Edital que afetarem a formulação da proposta, serão comunicadas na forma do item 3 deste Edital para todos os interessados que retiraram o edital, disponibilizadas no site www.licitacoes-e.com.br e divulgadas, pela mesma forma que se deu texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

14.7.1 - As alterações do Edital que não afetarem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados, conforme disposto no item 3 deste edital, não sendo alterada a data da Sessão do Pregão.

14.8 - As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pela Pregoeira ou pela autoridade competente, desde que pertinentes, com o objeto do Pregão, e observadas a legislação em vigor.

14.9 - A participação da PROPONENTE nesta licitação implica em aceitação plena de todos os termos deste Edital.



14.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento; só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Vila Rica promotora do evento.

14.11 - Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual, como se nele estivessem transcritos.

15 - FORO

15.1 - É competente o Foro da Comarca de Vila Rica, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Pregão.

- ANEXO I** - Termo de Referência.
- ANEXO II** - Minuta da Ata de Registro de Preço.
- ANEXO III**- Minuta do Contrato.
- ANEXO IV**- Modelo Proposta Econômica.
- ANEXO V** - Modelo Atestado de Capacidade Técnica.
- ANEXO VI** - Modelo Declarações.
- ANEXO VII** - Exigências para Habilitação.
- ANEXO VIII** – Descrição, Quantidade.

Vila Rica, 23 de junho de 2026.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial
Portaria nº 012/2015

VILA RICA
13-5-1986



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 021/2026

Requisitante: Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

1. Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação (art. 6º, inciso XXIII, alínea a da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de construção do asfalto da rodovia MT 431, em atendimento às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas do Município de Vila Rica — MT.

1.2. A natureza do objeto é de aquisição de bem comum, com fornecimento de insumos cujas especificações técnicas podem ser objetivamente definidas no edital, em conformidade com o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo os padrões de desempenho e qualidade mensuráveis por parâmetros técnicos usuais e reconhecidos no mercado de distribuição de combustíveis.

1.3. Os quantitativos a serem contratados observam o levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar, considerando o histórico de consumo apurado no exercício de 2026 e os volumes pertinentes aos programas e projetos a serem desenvolvidos no período de vigência contratual, sendo previstos os seguintes itens:

1.7. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no catálogo de materiais e serviços no Portal do TCE/MT e as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as constantes do Termo de Referência.

1.8. As Solicitações de Compras encontram-se cadastradas no sistema Compras/Betha Cloud sob o número 730/2026.

1.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente do presente processo será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas (art. 6º, inciso XXIII, alínea b da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar — ETP elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação designada pela Portaria nº 312/2026, com a participação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, o qual identificou a necessidade de



aquisição de combustíveis para atendimento das demandas operacionais das obras de construção do asfalto da rodovia MT 431, no Município de Vila Rica — MT, registrada sob a Solicitação de Compra nº 730/2026.

2.2. Conforme demonstrado no ETP, a ausência de combustíveis em quantidade e qualidade suficientes compromete diretamente a operacionalidade de toda a frota de veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas obras de pavimentação, podendo resultar na paralisação das atividades construtivas, no descumprimento de cronogramas e na redução da qualidade das obras entregues à população.

2.3. O estudo técnico evidenciou ainda que a aquisição de Diesel S500 e Gasolina Comum por meio do Sistema de Registro de Preços possibilita o fornecimento parcelado e alinhado ao ritmo das obras, sem a necessidade de grandes estoques, reduzindo perdas decorrentes da deterioração dos produtos e assegurando maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.4. Foi realizada análise de mercado, sendo identificadas alternativas viáveis, incluindo a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços próprio, a adesão à ata de registro de preços de outro ente público e a compra direta por dispensa de licitação, tendo a Administração optado pela primeira alternativa por apresentar maior vantajosidade técnica, econômica e operacional, assegurando a plena adequação dos insumos às necessidades específicas das obras da MT 431 e a continuidade do abastecimento ao longo de toda a vigência contratual.

2.5. A escolha da modalidade Pregão, na forma eletrônica, encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns cujas especificações técnicas podem ser objetivamente definidas no edital, com base em parâmetros mensuráveis e usuais no mercado de distribuição de combustíveis, assegurando competitividade, transparência e economicidade ao processo licitatório.

2.6. A contratação está alinhada ao planejamento municipal e amparada em dotação orçamentária específica, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público consagrados na Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo o ETP concluído pela viabilidade técnica, econômica, operacional e jurídica da presente aquisição, com recomendação pela continuidade do processo licitatório.

3. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto (art. 6º, inciso XXIII, alínea c da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de combustíveis — Diesel S500 e Gasolina Comum — destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas obras de construção do asfalto da rodovia MT 431, atendendo às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Viação e



Obras Públicas do Município de Vila Rica — MT, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

3.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.2.1. A solução será executada mediante o fornecimento parcelado dos combustíveis especificados, devendo os produtos atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, com qualidade comprovada, isenção de impurezas, adulterações ou sujidades que comprometam sua composição e desempenho, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com os padrões normativos estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

3.2.2. O Diesel S500 deverá ser fornecido em primeira qualidade, sem alto teor de salinidade, segregação ou distribuição não uniforme de seus componentes, aptos ao uso em toda a frota de veículos pesados, máquinas e equipamentos empregados nas obras de pavimentação da MT 431, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, nos termos da Resolução ANP nº 968/2024 e suas atualizações, e demais normas regulatórias vigentes, devendo atender aos parâmetros mínimos de teor de enxofre, número de cetano, ponto de fulgor e densidade nelas definidos.

3.2.3. A Gasolina Comum deverá igualmente ser fornecida em primeira qualidade, isenta de quaisquer impurezas ou adulterações que comprometam seu desempenho nos equipamentos que a utilizam, obedecendo às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP, nos termos da Resolução ANP nº 807/2020 e suas atualizações, especialmente quanto ao teor de benzeno, pressão de vapor Reid e octanagem mínima exigida.

3.2.4. Todos os combustíveis deverão ser entregues sem uso, acompanhados das documentações exigidas pelo fisco e pelos órgãos reguladores, estando sujeitos à avaliação prévia pelos engenheiros e profissionais responsáveis pelas obras antes de seu aceite definitivo, sendo vedado o aceite de produtos que não estejam em conformidade com as especificações exigidas.

3.2.5. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar de cada ordem de fornecimento, no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, sem quaisquer custos adicionais de frete ou encargos ao Contratante, sendo a descarga e o manuseio dos produtos responsabilidade exclusiva do fornecedor.

3.3. GARANTIA DOS PRODUTOS

3.3.1. A contratada deverá garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, assegurando que os produtos estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas e em plenas condições de uso no momento da entrega e do recebimento definitivo.



3.3.2. Os combustíveis que apresentarem vício, adulteração ou não conformidade com as especificações técnicas exigidas deverá ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo de até 1 (um) dia a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os combustíveis fornecidos em primeira qualidade de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros de padrão de qualidade e desempenho iguais ou superiores.

3.4. RESULTADOS ESPERADOS DA SOLUÇÃO

3.4.1. Fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis em quantidade e qualidade suficientes para garantir a plena operacionalidade de todos os veículos, máquinas e equipamentos utilizados na construção do asfalto da MT 431, assegurando o andamento regular das obras conforme o cronograma estabelecido.

3.4.2. Redução dos custos operacionais associados à falta de combustíveis, aumento da eficiência e da produtividade das equipes envolvidas nas obras, e entrega da pavimentação da MT 431 dentro dos prazos e com a qualidade esperada pela população do Município de Vila Rica.

3.4.3. Melhoria das condições de tráfego, escoamento da produção rural e acesso a serviços essenciais para a população do Município, como resultado direto da conclusão das obras de pavimentação viabilizadas pelo abastecimento contínuo dos equipamentos de construção.

3.5. PRAZO DE GARANTIA

3.5.1. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de no mínimo 1 (um) mês, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo de cada entrega, nos termos do art. 618 do Código Civil.

3.5.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição dos combustíveis que apresentarem não conformidade com as especificações técnicas exigidas, sem custos adicionais para a Administração.

3.5.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo a eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após a expiração da vigência contratual.

4. Requisitos da contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea d da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.1. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO



4.1.1. A solução deverá contemplar o fornecimento parcelado de combustíveis de primeira qualidade, aptos ao uso imediato nos veículos, máquinas e equipamentos empregados nas obras de construção do asfalto da MT 431, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2. Os combustíveis deverão ser de primeira qualidade, livres de quaisquer impurezas, adulterações ou sujidades que comprometam sua composição e desempenho, não devendo apresentar alto teor de salinidade, segregação ou distribuição não uniforme de seus componentes, observando os padrões normativos vigentes estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

4.1.3. Os produtos não deverão apresentar avarias, adulterações ou quaisquer irregularidades que influenciem na quantidade e qualidade do produto entregue, devendo estar acompanhados das documentações exigidas pelo fisco e pelos órgãos reguladores.

4.1.4. Os combustíveis deverão ser entregues conforme as normas técnicas vigentes e estar sujeitos à avaliação prévia pelos engenheiros responsáveis pelas obras antes de seu aceite definitivo, sendo expressamente vedado o aceite de produtos que não estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

4.2. SUSTENTABILIDADE

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos elencados no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em observância ao art. 11, IV, e art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. Os combustíveis deverão ser entregues no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, sem custos adicionais como frete ou outros encargos que porventura possam ocorrer durante o processo de entrega.

4.2.3. A contratada deverá adotar boas práticas durante a entrega dos produtos, garantindo o descarte adequado de embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.3. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

4.3.1. Na presente contratação serão admitidos produtos padronizados de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar. A escolha do fornecedor será baseada nas especificações técnicas e nos requisitos de desempenho descritos no Edital, garantindo assim a competitividade e a imparcialidade do processo licitatório.

4.4. DA VEDAÇÃO DE PRODUTO EM DESCONFORMIDADE

4.4.1. A Administração não aceitará o fornecimento de combustíveis que apresentem impurezas orgânicas ou qualquer outro tipo de resíduo orgânico ou inorgânico.



4.4.2. Não serão aceitos combustíveis com alto teor de salinidade ou segregação, onde a distribuição dos componentes não seja uniforme.

4.4.3. Não houve processo administrativo vedando o fornecimento de produtos de marcas específicas.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.5.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra de todos os itens no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário de expediente, em data a ser divulgada por mensagem no sistema, sendo facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

4.5.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens: Diesel S500 e Gasolina Comum.

4.5.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Rua 67, S/N, Setor Oeste — Secretaria de Viação e Obras Públicas, no prazo limite estabelecido, sendo a empresa responsável pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade dos produtos com os parâmetros técnicos estabelecidos nas Resoluções 968/2024 (Diesel S500), ANP nº 807/2020 (Gasolina Comum), aferida mediante laudo técnico emitido por laboratório credenciado pela ANP ou pelo INMETRO, apresentado pelo licitante juntamente com a amostra física; e pontualidade na entrega das amostras dentro do prazo estabelecido. Serão rejeitadas amostras que não atendam a qualquer dos parâmetros definidos nas normas regulatórias aplicáveis a cada produto, independentemente de sua aparência visual.

4.5.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por mensagem no sistema. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a do segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações deste Termo de Referência.

4.5.6. Os produtos deverão ser entregues conforme a qualidade da amostra aprovada; caso contrário, não serão aceitos.

4.5.7. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado no sistema, antes de findo o prazo.

4.5.8. O resultado da análise laboratorial das amostras deverá ser comunicado no sistema no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento das amostras, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa. 4.5.9. Caso nenhum dos licitantes tenha sua amostra aprovada, o certame será declarado fracassado para o item correspondente, podendo a Administração adotar as medidas previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 ou promover nova licitação.

4.6. SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a atividade de distribuição e revenda de combustíveis exige autorização regulatória específica emitida pela ANP, a qual é



personalíssima ao distribuidor ou revendedor habilitado. A subcontratação poderia implicar o fornecimento por empresa sem a devida autorização, comprometendo a legalidade e a rastreabilidade do produto, em desconformidade com a Lei nº 9.478/1997.

4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária para crédito em conta indicada pelo contratado, conforme o quantitativo efetivamente entregue. A conta deverá ser informada no ato da assinatura do contrato.

4.8. DA EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO REGULATÓRIA

4.8.1. Para fins de habilitação técnica complementar, a licitante deverá apresentar Certificado de Autorização de Funcionamento de Empresa emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, válido na data da sessão pública, demonstrando que a empresa está regularmente habilitada para distribuição ou revenda dos combustíveis objeto desta contratação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 9.478/1997 e das regulamentações da ANP aplicáveis à atividade.

4.8.2. A manutenção da autorização de funcionamento junto à ANP deverá ser comprovada pela contratada a cada solicitação de pagamento, como condição para a liquidação da despesa, cabendo ao fiscal administrativo verificar a regularidade desse documento nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento (art. 6º, inciso XXIII, alínea e da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.1. O prazo de entrega dos combustíveis será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de cada ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

5.1.2. As entregas dos produtos serão realizadas conforme as solicitações feitas pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, sendo a quantidade e o prazo de entrega especificados juntamente com cada solicitação.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as respectivas razões com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.



5.1.4. Os combustíveis deverão ser entregues no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, no endereço e horário indicados pela Secretaria demandante, sendo os custos de transporte e entrega de responsabilidade exclusiva da contratada.

5.1.5. Todas as entregas deverão ser realizadas por profissional devidamente capacitado e habilitado para o transporte de produtos perigosos, em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.947/2021 e o Decreto Federal nº 96.044/1988, devendo o condutor possuir o curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos — MOPP válido e o veículo-tanque estar munido do Certificado de Inspeção para o Produto Perigoso — CIPP emitido por órgão credenciado pelo INMETRO, os quais deverão ser apresentados ao fiscal do contrato a cada entrega realizada, como condição para o recebimento provisório.

5.1.6. Os combustíveis deverão estar dentro das normas técnicas vigentes e serão vistoriados pelos fiscais do contrato no ato de cada entrega, com verificação da documentação fiscal e regulatória obrigatória. A Contratante reserva-se o direito de coletar amostras de qualquer entrega para análise laboratorial por laboratório credenciado pela ANP ou pelo INMETRO, com frequência mínima trimestral ou sempre que houver fundada suspeita de não conformidade, custeada pela Contratante nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021. A medição volumétrica dos combustíveis entregues deverá ser realizada por meio de medidor volumétrico do veículo-tanque calibrado pelo INMETRO, e as respectivas quantidades em litros, na temperatura de referência, deverão constar destacadas na nota fiscal. Os produtos que não estiverem em conformidade com as especificações exigidas serão devolvidos ao fornecedor sem custo ao Contratante.

5.1.7. O produto que apresentar vício ou defeito durante o período de vigência da garantia deverá ser substituído por outro dentro dos padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pela contratada.

5.1.8. Decorrido o prazo para substituição sem atendimento ou apresentação de justificativas aceitas pela Administração, fica a contratante autorizada a contratar empresa diversa para o fornecimento, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos demais itens.

5.2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

5.2.1. A contratante realizará o monitoramento contínuo da qualidade dos combustíveis fornecidos e dos serviços prestados pela contratada, com base em indicadores de qualidade previamente definidos.

5.2.2. A contratante poderá realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento das condições contratuais e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.



5.2.3. Em caso de não conformidade ou desempenho insatisfatório, a contratada será notificada para adoção das medidas corretivas necessárias, no prazo estabelecido pela contratante.

5.2.4. A contratante reserva-se o direito de aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada.

5.3. GARANTIA CONTRATUAL

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal, será de no mínimo 1 (um) mês, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, nos termos do art. 618 do Código Civil e da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante/produtor, se superior.

5.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os combustíveis fornecidos em primeira qualidade, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.3. O custo referente ao transporte de produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade exclusiva da contratada.

6. Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade (art. 6º, inciso XXIII, alínea f da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização Técnica



6.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. O fiscal técnico anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.4. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as providências necessárias.

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.6. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. Fiscalização Administrativa

6.7.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, se necessário.

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

6.8. Gestor do Contrato

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.8.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem sua competência.

6.8.3. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, anotando os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação no relatório de riscos eventuais.



6.8.4. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.5. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

6.8.6. O gestor elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.7. O gestor enviará a documentação pertinente ao Departamento de Compras para registro dos valores recebidos, que por sua vez encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

6.9. Os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão designados por portaria da autoridade competente, publicada previamente ou na data da assinatura do contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, devendo constar dos autos do processo administrativo o ato formal de designação antes do início da execução contratual.

7. Critérios de medição e de pagamento (art. 6º, inciso XXIII, alínea g da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1. RECEBIMENTO

7.1.1. Os combustíveis serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os combustíveis poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.



7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O recebimento dos produtos não excluirá a responsabilidade civil pela qualidade e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade pela perfeita execução do contrato.

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa.

7.2.2. O prazo poderá ser reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

7.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresenta os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. IRREGULARIDADES NA NOTA FISCAL

7.4.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus à Contratante.

7.4.2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação de: Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS; Certificado de Regularidade de Contribuições Previdenciárias — INSS; Certidão Conjunta da Receita Federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT; e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

7.5. REGULARIZAÇÃO



7.5.1. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.5.2. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.6. EXECUÇÃO REGULAR

7.6.1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

7.7. PRAZO DE PAGAMENTO

7.7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.7.2. O pagamento estará condicionado ao cumprimento integral das obrigações contratuais e à regularidade da documentação apresentada.

7.8. FORMA DE PAGAMENTO

7.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada no corpo da Nota Fiscal.

7.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.9. RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

7.9.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver.

7.9.2. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, devendo comprovar tal condição mediante documento oficial.

7.10. CONDIÇÃO PARA PAGAMENTO

7.10.1. O pagamento será realizado conforme o fornecimento efetivamente realizado e definitivamente recebido, devidamente atestado pelo fiscal do contrato após verificação da conformidade dos combustíveis com as especificações técnicas exigidas.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor (art. 6º, inciso XXIII, alínea h da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.1. FORMA DE SELEÇÃO

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



8.1.2. A escolha da modalidade justifica-se por se tratar de aquisição de bens comuns cujas especificações técnicas podem ser objetivamente definidas no edital, com base em parâmetros mensuráveis e usuais no mercado de distribuição de combustíveis, possibilitando ampla competitividade entre os licitantes.

8.1.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade na contratação, possibilitando aquisições conforme a necessidade operacional das obras, promovendo economicidade e evitando contratações fragmentadas.

8.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.2.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, nos termos do art. 33, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando o fornecimento de cada combustível conforme especificações estabelecidas neste instrumento.

8.2.2. Optou-se pelo julgamento por item em razão da natureza distinta de cada combustível, da possibilidade de fornecimento por distribuidoras especializadas em apenas parte dos produtos e da conveniência de ampliar a competitividade do certame. O agrupamento em lote único foi afastado por poder restringir o universo de licitantes e comprometer a obtenção dos melhores preços para cada insumo, em conformidade com o art. 40, V, 'b', da Lei nº 14.133/2021."

8.3. FORMA DE FORNECIMENTO

8.3.1. O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria demandante, de acordo com a demanda operacional das obras de construção do asfalto da MT 431.

8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4.1. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação, incluindo: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ, com CNAE principal ou secundário compatível com o objeto licitado; e demais documentos constitutivos conforme o tipo de pessoa jurídica.

8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Para fins de qualificação fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados: prova de inscrição no CNPJ; prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela RFB e pela PGFN; prova de regularidade com o FGTS; prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor; e prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

8.5.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



8.6.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados: certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, quando aplicável; certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; e índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.6.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, será exigido patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.6.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1. Para fins de qualificação técnica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação, incluindo: comprovação de aptidão para o fornecimento de combustíveis similares ao objeto desta contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.7.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; (art. 6º, inciso XXIII, alínea i da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.1. Os preços unitários de referência utilizados como base para a estimativa do valor da contratação foram obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada em 19 de junho de 2026, mediante visita in loco a quatro postos revendedores de combustíveis situados no Município de Vila Rica — MT, quais sejam: Posto Ipiranga, Posto JP, Posto Cecília e Posto Bege. A pesquisa foi conduzida pelo servidor Alexson Juliano Wallauer, integrante da área requisitante, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

9.2. A metodologia adotada consistiu no cálculo da média aritmética simples dos preços válidos coletados junto aos quatro estabelecimentos, tendo os valores demonstrado coerência entre si, sem disparidades que justificassem a exclusão de outliers. Os preços unitários de referência apurados por litro são os seguintes: Gasolina Comum — R\$ 7,41 e Diesel S500 — R\$ 6,85.



9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. A memória de cálculo detalhada, contendo os preços coletados em cada estabelecimento, os cálculos das médias aritméticas e os valores unitários de referência, encontra-se formalizada no Memorial de Cálculo — Pesquisa de Preços de Combustíveis (item 14.X dos autos), que integra o processo como documento de suporte classificado, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea i, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

9.5.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

9.5.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade, adotando-se como índice de referência a tabela semanal de preços de combustíveis ao consumidor publicada pela ANP para a região Centro-Oeste, ou, subsidiariamente, o Índice de Preços ao Produtor Amplo — IPA-EP da Fundação Getúlio Vargas, coluna combustíveis e lubrificantes, prevalecendo o menor entre os dois índices apurados no período, como medida de proteção ao interesse público e à economicidade da contratação.

9.5.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação. Qualquer pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com documentação comprobatória da variação de preços no mercado, incluindo tabelas da ANP correspondentes à data-base do pedido.

10. Adequação orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alínea j da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, nas seguintes ações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Viação e Obras

Projeto Atividade: 2.059 – Construção e Manutenção de Pavimentação, Sinalização, Calçadas e Drenagem de Águas

Fonte de Recurso: 1.701.0000000.000000

Modalidade de Aplicação: 207 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

10.2. Para os exercícios financeiros subsequentes, a indicação das respectivas dotações orçamentárias será realizada após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a consequente liberação dos créditos



correspondentes, nos termos do art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021. As adequações contratuais decorrentes de alteração de dotação serão formalizadas mediante apostilamento, conforme previsto no art. 136 da referida Lei.

10.3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.3.1. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente processo terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.2. A prorrogação da vigência da ata por período igual e sucessivo somente será admitida mediante demonstração, pelo órgão gerenciador, de que os preços registrados permanecem vantajosos em relação aos praticados no mercado, com base em pesquisa de preços atualizada junto a distribuidores da região Centro-Oeste, referenciada na tabela de preços da ANP do período correspondente.

10.3.3. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vila Rica/MT, 22 de junho de 2026.

Roberto Rodrigues de Souza
Coordenador da EPC
Matrícula nº 242

Alexson Juliano Wallauer
Secretaria de Viação e Obras Públicas
Integrante da Área Requisitante
Matrícula nº 5456

Danilo Garcia Lopes
Secretaria de Viação e Obras Públicas
Integrante da Área Requisitante
Matrícula nº 5030

VILA RICA
13-5-1986



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº -----/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070 /2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE VILA RICA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, **JOÃO SALOMÃO PIMENTA**, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa, pessoa jurídica de direito privado, sito à, Nº –, /, Cep:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr., nas quantidades estimadas **na seção 4.1** desta ATA de REGISTRO de PREÇO, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de construção do asfalto da rodovia MT 431, em atendimento às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas do Município de Vila Rica — MT.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Vila Rica a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA



2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preço caberá ao Setor de Compras no seu aspecto operacional, à Secretaria solicitante quanto ao recebimento do material e fiscalização e a Coordenadoria Jurídica nas questões legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE N°

ITE M	QTD E	UNID	DESCRIÇÃO	FABRICANT E	UNIT .	TOTA L
1						
TOTAL						

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme previsto na alínea “d” do Art. 124 da Lei 14.133/2021.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, despesa de frete, carga e descarga, etc.).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Da dinâmica de execução:



5.1.2. O processo tem início com a Requisição, emitida pela Secretaria requisitante, por meio de bloco fornecido pela Contratada como cortesia. Essa Requisição deve conter informações como: Identificação do posto (nome e endereço), Tipo de combustível, Data e hora da transação, Quantidade em litros, Valor da operação, e, Identificação do condutor (nome e registro).

5.1.3. O prazo de entrega dos combustíveis será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de cada ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

5.1.4. As entregas dos produtos serão realizadas conforme as solicitações feitas pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, sendo a quantidade e o prazo de entrega especificados juntamente com cada solicitação.

5.1.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as respectivas razões com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

5.1.6. Os combustíveis deverão ser entregues no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, no endereço e horário indicados pela Secretaria demandante, sendo os custos de transporte e entrega de responsabilidade exclusiva da contratada.

5.1.7. Todas as entregas deverão ser realizadas por profissional devidamente capacitado e habilitado para o transporte de produtos perigosos, em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.947/2021 e o Decreto Federal nº 96.044/1988, devendo o condutor possuir o curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos — MOPP válido e o veículo-tanque estar munido do Certificado de Inspeção para o Produto Perigoso — CIPP emitido por órgão credenciado pelo INMETRO, os quais deverão ser apresentados ao fiscal do contrato a cada entrega realizada, como condição para o recebimento provisório.

5.1.8. Os combustíveis deverão estar dentro das normas técnicas vigentes e serão vistoriados pelos fiscais do contrato no ato de cada entrega, com verificação da documentação fiscal e regulatória obrigatória. A Contratante reserva-se o direito de coletar amostras de qualquer entrega para análise laboratorial por laboratório credenciado pela ANP ou pelo INMETRO, com frequência mínima trimestral ou sempre que houver fundada suspeita de não conformidade, custeada pela Contratante nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021. A medição volumétrica dos combustíveis entregues deverá ser realizada por meio de medidor volumétrico do veículo-tanque calibrado pelo INMETRO, e as respectivas quantidades em litros, na temperatura de referência, deverão constar destacadas na nota fiscal. Os produtos que não estiverem em conformidade com as especificações exigidas serão devolvidos ao fornecedor sem custo ao Contratante.



5.1.9. O produto que apresentar vício ou defeito durante o período de vigência da garantia deverá ser substituído por outro dentro dos padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pela contratada.

5.1.10. Decorrido o prazo para substituição sem atendimento ou apresentação de justificativas aceitas pela Administração, fica a contratante autorizada a contratar empresa diversa para o fornecimento, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos demais itens.

5.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.2.1. A solução será executada mediante o fornecimento parcelado dos combustíveis especificados, devendo os produtos atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, com qualidade comprovada, isenção de impurezas, adulterações ou sujidades que comprometam sua composição e desempenho, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com os padrões normativos estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

5.2.2. O Diesel S500 deverá ser fornecido em primeira qualidade, sem alto teor de salinidade, segregação ou distribuição não uniforme de seus componentes, aptos ao uso em toda a frota de veículos pesados, máquinas e equipamentos empregados nas obras de pavimentação da MT 431, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, nos termos da Resolução ANP n° 968/2024 e suas atualizações, e demais normas regulatórias vigentes, devendo atender aos parâmetros mínimos de teor de enxofre, número de cetano, ponto de fulgor e densidade nelas definidos.

5.2.3. A Gasolina Comum deverá igualmente ser fornecida em primeira qualidade, isenta de quaisquer impurezas ou adulterações que comprometam seu desempenho nos equipamentos que a utilizam, obedecendo às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP, nos termos da solina é a Resolução ANP n° 807/2020 e suas atualizações, especialmente quanto ao teor de benzeno, pressão de vapor Reid e octanagem mínima exigida.

5.2.4. Todos os combustíveis deverão ser entregues sem uso, acompanhados das documentações exigidas pelo fisco e pelos órgãos reguladores, estando sujeitos à avaliação prévia pelos engenheiros e profissionais responsáveis pelas obras antes de seu aceite definitivo, sendo vedado o aceite de produtos que não estejam em conformidade com as especificações exigidas.



5.2.5. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar de cada ordem de fornecimento, no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, sem quaisquer custos adicionais de frete ou encargos ao Contratante, sendo a descarga e o manuseio dos produtos responsabilidade exclusiva do fornecedor.

5.3. GARANTIA DOS PRODUTOS

5.3.1. A contratada deverá garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, assegurando que os produtos estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas e em plenas condições de uso no momento da entrega e do recebimento definitivo.

5.3.2. Os combustíveis que apresentarem vício, adulteração ou não conformidade com as especificações técnicas exigidas deverá ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo de até 1 (um) dia a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os combustíveis fornecidos em primeira qualidade de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros de padrão de qualidade e desempenho iguais ou superiores.

5.4. PRAZO DE GARANTIA

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de no mínimo 1 (um) mês, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo de cada entrega, nos termos do art. 618 do Código Civil.

5.4.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição dos combustíveis que apresentarem não conformidade com as especificações técnicas exigidas, sem custos adicionais para a Administração.

5.4.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo a eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após a expiração da vigência contratual.

5.5. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO

5.5.1. A solução deverá contemplar o fornecimento parcelado de combustíveis de primeira qualidade, aptos ao uso imediato nos veículos, máquinas e equipamentos empregados nas obras de construção do



asfalto da MT 431, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.5.2. Os combustíveis deverão ser de primeira qualidade, livres de quaisquer impurezas, adulterações ou sujidades que comprometam sua composição e desempenho, não devendo apresentar alto teor de salinidade, segregação ou distribuição não uniforme de seus componentes, observando os padrões normativos vigentes estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

5.5.3. Os produtos não deverão apresentar avarias, adulterações ou quaisquer irregularidades que influenciem na quantidade e qualidade do produto entregue, devendo estar acompanhados das documentações exigidas pelo fisco e pelos órgãos reguladores.

5.5.4. Os combustíveis deverão ser entregues conforme as normas técnicas vigentes e estar sujeitos à avaliação prévia pelos engenheiros responsáveis pelas obras antes de seu aceite definitivo, sendo expressamente vedado o aceite de produtos que não estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

5.6. SUSTENTABILIDADE

5.6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos elencados no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em observância ao art. 11, IV, e art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Os combustíveis deverão ser entregues no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, sem custos adicionais como frete ou outros encargos que porventura possam ocorrer durante o processo de entrega.

5.6.3. A contratada deverá adotar boas práticas durante a entrega dos produtos, garantindo o descarte adequado de embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.7. DA VEDAÇÃO DE PRODUTO EM DESCONFORMIDADE

5.7.1. A Administração não aceitará o fornecimento de combustíveis que apresentem impurezas orgânicas ou qualquer outro tipo de resíduo orgânico ou inorgânico.

5.7.2. Não serão aceitos combustíveis com alto teor de salinidade ou segregação, onde a distribuição dos componentes não seja uniforme.

5.7.3. Não houve processo administrativo vedando o fornecimento de produtos de marcas específicas.

5.8. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA



5.8.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra de todos os itens no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário de expediente, em data a ser divulgada por mensagem no sistema, sendo facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

5.8.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens: Diesel S500 e Gasolina Comum.

5.8.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Rua 67, S/N, Setor Oeste — Secretaria de Viação e Obras Públicas, no prazo limite estabelecido, sendo a empresa responsável pelo envio e por eventual atraso na entrega.

5.8.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade dos produtos com os parâmetros técnicos estabelecidos nas Resoluções 968/2024 (Diesel S500), ANP nº 807/2020 (Gasolina Comum), aferida mediante laudo técnico emitido por laboratório credenciado pela ANP ou pelo INMETRO, apresentado pelo licitante juntamente com a amostra física; e pontualidade na entrega das amostras dentro do prazo estabelecido. Serão rejeitadas amostras que não atendam a qualquer dos parâmetros definidos nas normas regulatórias aplicáveis a cada produto, independentemente de sua aparência visual.

5.8.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por mensagem no sistema. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a do segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações deste Termo de Referência.

5.8.6. Os produtos deverão ser entregues conforme a qualidade da amostra aprovada; caso contrário, não serão aceitos.

5.8.7. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado no sistema, antes de findo o prazo.

5.8.8. O resultado da análise laboratorial das amostras deverá ser comunicado no sistema no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento das amostras, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa. **5.8.9.** Caso nenhum dos licitantes tenha sua amostra aprovada, o certame será declarado fracassado para o item correspondente, podendo a Administração adotar as medidas previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 ou promover nova licitação.

5.9. SUBCONTRATAÇÃO

5.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a atividade de distribuição e revenda de combustíveis exige autorização regulatória específica emitida pela ANP, a qual é personalíssima ao distribuidor ou revendedor habilitado. A subcontratação poderia implicar o



fornecimento por empresa sem a devida autorização, comprometendo a legalidade e a rastreabilidade do produto, em desconformidade com a Lei nº 9.478/1997.

5.10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.10.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária para crédito em conta indicada pelo contratado, conforme o quantitativo efetivamente entregue. A conta deverá ser informada no ato da assinatura do contrato.

5.11. DA EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO REGULATÓRIA

5.11.1. Para fins de habilitação técnica complementar, a licitante deverá apresentar Certificado de Autorização de Funcionamento de Empresa emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, válido na data da sessão pública, demonstrando que a empresa está regularmente habilitada para distribuição ou revenda dos combustíveis objeto desta contratação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 9.478/1997 e das regulamentações da ANP aplicáveis à atividade.

5.11.2. A manutenção da autorização de funcionamento junto à ANP deverá ser comprovada pela contratada a cada solicitação de pagamento, como condição para a liquidação da despesa, cabendo ao fiscal administrativo verificar a regularidade desse documento nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

5.13. Prestar e dar garantia dos produtos e serviços fornecidos:

5.14. Executar o fornecimento dentro dos padrões e especificações do Edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

5.15. Durante o período de garantia, a Contratada será a responsável pela solução de quaisquer problemas provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de falhas na concepção, matéria prima, fabricação, inspeção, embalagens e transportes. Excluir-se-ão, entretanto, os danos ou defeitos decorrentes de uso inapropriado do equipamento ou influências externas de terceiros, não imputáveis à empresa vencedora.

5.16. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA.



- 5.17. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 5.18. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 5.19. Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.
- 5.20. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 5.21. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.
- 5.22. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 5.23. As Autorizações de Fornecimento advindo do presente Registro Preços somente poderão ser expedidas pelo Setor de Compras.
- 5.24. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.
- 5.25. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 5.26. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas relacionadas a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata de Registro de Preços.
- 5.27. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da feitura da “Nota de Empenho”, a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades.



5.28. A contratada deverá assinar a Ata de Registro de Preço em até 5 (cinco) dias, sendo cabíveis as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.29. A contratada deverá garantir que o item adquirido esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.

6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

6.5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

6.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital.

6.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

6.9.1. A contratante realizará o monitoramento contínuo da qualidade dos combustíveis fornecidos e dos serviços prestados pela contratada, com base em indicadores de qualidade previamente definidos.

6.9.2. A contratante poderá realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento das condições contratuais e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.9.3. Em caso de não conformidade ou desempenho insatisfatório, a contratada será notificada para adoção das medidas corretivas necessárias, no prazo estabelecido pela contratante.

6.9.4. A contratante reserva-se o direito de aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada.



6.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.11. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.13. Encaminhar a Autorização de Fornecimento no **email** (.....) conforme proposta de preço da contratada.

7. DO EMPENHO

7.1. Após a emissão da Nota Fiscal e antes do envio dos materiais, a Empresa deverá enviar por e-mail cópia da Nota Fiscal ao Setor de Compras compras@vilarica.mt.gov.br.

7.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular perante a Receita Estadual, a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da futura eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela dotação orçamentária que será informada no momento da solicitação pelo setor competente.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, sendo: do recebimento oficial da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Solicitante.

9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do material (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.



9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de IV à IX do art. 82 da Lei 14.133/2021;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.



10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a garantia prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

11.1.1. Notificação/Advertência;

11.1.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 03 (três) anos.

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de 3 (três) a 6(seis) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis na Gerência de Tributação, a contar da comunicação oficial, conforme dispostos nos artigos [art. 155, 156, §4º, 1º, 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº 028/2026** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o empenho decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

13. DO FORO



13.1 Fica eleito o foro da cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Vila Rica / MT, de de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

GESTÃO 2025-2028

Contratante

.....

.....

Contratada



MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº
...../2026

CONTRATO..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA E A EMPRESA
..... PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE VILA RICA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, **JOÃO SALOMÃO PIMENTA**, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa, pessoa jurídica de direito privado, sito à, Nº -, /, Cep:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr., nas quantidades estimadas **na seção 4.1** desta ATA de REGISTRO de PREÇO, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de construção do asfalto da rodovia MT 431, em atendimento às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas do Município de Vila Rica — MT.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Fundamenta-se o presente Contrato no disposto 89 à 95, da Lei nº 14.133/2021, que foi devidamente autorizado pela Autoridade Competente desta prefeitura, cuja minuta foi aprovada por meio do Parecer Jurídico, os quais instruem o processo licitatório.



3. CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico

Nº .../2026 e seus anexos.

4. CLAUSULA QUARTA – ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

4.1. Segue tabela com item;

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

5. CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 - O preço global deste Contrato é de R\$ (.....) referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira. Será pago após a entrega, conferência e atesto na nota Fiscal.

5.2 – O valor do presente contrato poderá ser alterado nos termos previsto no Artigos 124 a 136 da lei nº 14.133/2021.

6. CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da futura eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela dotação orçamentária que será informada no momento da solicitação, pelo setor competente.

7. CLAUSULA SETIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através da agência do banco do, em uma única parcela, mediante transferência em favor da empresa licitante na conta..... Agência... ..Banco.....

7.1.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

7.1.2. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

8. CLAUSULA OITAVA - DA VIGENCIA CONTRATUAL

8.1. O presente instrumento terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de sua assinatura.

9. CLAUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



-
- 9.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 9.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.
- 9.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.
- 9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- 9.5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- 9.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital.
- 9.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 9.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 9.9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
- 9.9.1. A contratante realizará o monitoramento contínuo da qualidade dos combustíveis fornecidos e dos serviços prestados pela contratada, com base em indicadores de qualidade previamente definidos.
- 9.9.2. A contratante poderá realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento das condições contratuais e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.9.3. Em caso de não conformidade ou desempenho insatisfatório, a contratada será notificada para adoção das medidas corretivas necessárias, no prazo estabelecido pela contratante.
- 9.9.4. A contratante reserva-se o direito de aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada.
- 9.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.11. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



9.13. Encaminhar a Autorização de Fornecimento no **email** (.....) conforme proposta de preço da contratada.

10. CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Da dinâmica de execução:

10.1.2. O processo tem início com a Requisição, emitida pela Secretaria requisitante, por meio de bloco fornecido pela Contratada como cortesia. Essa Requisição deve conter informações como: Identificação do posto (nome e endereço), Tipo de combustível, Data e hora da transação, Quantidade em litros, Valor da operação, e, Identificação do condutor (nome e registro).

10.1.3. O prazo de entrega dos combustíveis será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de cada ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

10.1.4. As entregas dos produtos serão realizadas conforme as solicitações feitas pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, sendo a quantidade e o prazo de entrega especificados juntamente com cada solicitação.

10.1.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as respectivas razões com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

10.1.6. Os combustíveis deverão ser entregues no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, no endereço e horário indicados pela Secretaria demandante, sendo os custos de transporte e entrega de responsabilidade exclusiva da contratada.

10.1.7. Todas as entregas deverão ser realizadas por profissional devidamente capacitado e habilitado para o transporte de produtos perigosos, em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.947/2021 e o Decreto Federal nº 96.044/1988, devendo o condutor possuir o curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos — MOPP válido e o veículo-tanque estar munido do Certificado de Inspeção para o Produto Perigoso — CIPP emitido por órgão credenciado pelo INMETRO, os quais deverão ser apresentados ao fiscal do contrato a cada entrega realizada, como condição para o recebimento provisório.

10.1.8. Os combustíveis deverão estar dentro das normas técnicas vigentes e serão vistoriados pelos fiscais do contrato no ato de cada entrega, com verificação da documentação fiscal e regulatória obrigatória. A Contratante reserva-se o direito de coletar amostras de qualquer entrega para análise laboratorial por laboratório credenciado pela ANP ou pelo INMETRO, com frequência mínima trimestral ou sempre que houver fundada suspeita de não conformidade, custeada pela Contratante nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021. A medição volumétrica dos combustíveis entregues deverá ser realizada por meio de



medidor volumétrico do veículo-tanque calibrado pelo INMETRO, e as respectivas quantidades em litros, na temperatura de referência, deverão constar destacadas na nota fiscal. Os produtos que não estiverem em conformidade com as especificações exigidas serão devolvidos ao fornecedor sem custo ao Contratante.

10.1.9. O produto que apresentar vício ou defeito durante o período de vigência da garantia deverá ser substituído por outro dentro dos padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pela contratada.

10.1.10. Decorrido o prazo para substituição sem atendimento ou apresentação de justificativas aceitas pela Administração, fica a contratante autorizada a contratar empresa diversa para o fornecimento, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos demais itens.

10.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

10.2.1. A solução será executada mediante o fornecimento parcelado dos combustíveis especificados, devendo os produtos atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, com qualidade comprovada, isenção de impurezas, adulterações ou sujidades que comprometam sua composição e desempenho, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com os padrões normativos estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

10.2.2. O Diesel S500 deverá ser fornecido em primeira qualidade, sem alto teor de salinidade, segregação ou distribuição não uniforme de seus componentes, aptos ao uso em toda a frota de veículos pesados, máquinas e equipamentos empregados nas obras de pavimentação da MT 431, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, nos termos da Resolução ANP nº 968/2024 e suas atualizações, e demais normas regulatórias vigentes, devendo atender aos parâmetros mínimos de teor de enxofre, número de cetano, ponto de fulgor e densidade nelas definidos.

10.2.3. A Gasolina Comum deverá igualmente ser fornecida em primeira qualidade, isenta de quaisquer impurezas ou adulterações que comprometam seu desempenho nos equipamentos que a utilizam, obedecendo às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP, nos termos da solina é a Resolução ANP nº 807/2020 e suas atualizações, especialmente quanto ao teor de benzeno, pressão de vapor Reid e octanagem mínima exigida.

10.2.4. Todos os combustíveis deverão ser entregues sem uso, acompanhados das documentações exigidas pelo fisco e pelos órgãos reguladores, estando sujeitos à avaliação prévia pelos engenheiros e profissionais



responsáveis pelas obras antes de seu aceite definitivo, sendo vedado o aceite de produtos que não estejam em conformidade com as especificações exigidas.

10.2.5. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar de cada ordem de fornecimento, no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, sem quaisquer custos adicionais de frete ou encargos ao Contratante, sendo a descarga e o manuseio dos produtos responsabilidade exclusiva do fornecedor.

10.3. GARANTIA DOS PRODUTOS

10.3.1. A contratada deverá garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, assegurando que os produtos estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas e em plenas condições de uso no momento da entrega e do recebimento definitivo.

10.3.2. Os combustíveis que apresentarem vício, adulteração ou não conformidade com as especificações técnicas exigidas deverá ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo de até 1 (um) dia a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os combustíveis fornecidos em primeira qualidade de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros de padrão de qualidade e desempenho iguais ou superiores.

10.4. PRAZO DE GARANTIA

10.4.1. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de no mínimo 1 (um) mês, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo de cada entrega, nos termos do art. 618 do Código Civil.

10.4.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição dos combustíveis que apresentarem não conformidade com as especificações técnicas exigidas, sem custos adicionais para a Administração.

10.4.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo a eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após a expiração da vigência contratual.

10.5. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO

10.5.1. A solução deverá contemplar o fornecimento parcelado de combustíveis de primeira qualidade, aptos ao uso imediato nos veículos, máquinas e equipamentos empregados nas obras de construção do



asfalto da MT 431, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5.2. Os combustíveis deverão ser de primeira qualidade, livres de quaisquer impurezas, adulterações ou sujidades que comprometam sua composição e desempenho, não devendo apresentar alto teor de salinidade, segregação ou distribuição não uniforme de seus componentes, observando os padrões normativos vigentes estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

10.5.3. Os produtos não deverão apresentar avarias, adulterações ou quaisquer irregularidades que influenciem na quantidade e qualidade do produto entregue, devendo estar acompanhados das documentações exigidas pelo fisco e pelos órgãos reguladores.

10.5.4. Os combustíveis deverão ser entregues conforme as normas técnicas vigentes e estar sujeitos à avaliação prévia pelos engenheiros responsáveis pelas obras antes de seu aceite definitivo, sendo expressamente vedado o aceite de produtos que não estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

10.6. SUSTENTABILIDADE

10.6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos elencados no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em observância ao art. 11, IV, e art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2. Os combustíveis deverão ser entregues no perímetro urbano do Município de Vila Rica — MT, sem custos adicionais como frete ou outros encargos que porventura possam ocorrer durante o processo de entrega.

10.6.3. A contratada deverá adotar boas práticas durante a entrega dos produtos, garantindo o descarte adequado de embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

10.7. DA VEDAÇÃO DE PRODUTO EM DESCONFORMIDADE

10.7.1. A Administração não aceitará o fornecimento de combustíveis que apresentem impurezas orgânicas ou qualquer outro tipo de resíduo orgânico ou inorgânico.

10.7.2. Não serão aceitos combustíveis com alto teor de salinidade ou segregação, onde a distribuição dos componentes não seja uniforme.

10.7.3. Não houve processo administrativo vedando o fornecimento de produtos de marcas específicas.

10.8. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA



10.8.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra de todos os itens no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário de expediente, em data a ser divulgada por mensagem no sistema, sendo facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

10.8.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens: Diesel S500 e Gasolina Comum.

10.8.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Rua 67, S/N, Setor Oeste — Secretaria de Viação e Obras Públicas, no prazo limite estabelecido, sendo a empresa responsável pelo envio e por eventual atraso na entrega.

10.8.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade dos produtos com os parâmetros técnicos estabelecidos nas Resoluções 968/2024 (Diesel S500), ANP n° 807/2020 (Gasolina Comum), aferida mediante laudo técnico emitido por laboratório credenciado pela ANP ou pelo INMETRO, apresentado pelo licitante juntamente com a amostra física; e pontualidade na entrega das amostras dentro do prazo estabelecido. Serão rejeitadas amostras que não atendam a qualquer dos parâmetros definidos nas normas regulatórias aplicáveis a cada produto, independentemente de sua aparência visual.

10.8.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por mensagem no sistema. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a do segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações deste Termo de Referência.

10.8.6. Os produtos deverão ser entregues conforme a qualidade da amostra aprovada; caso contrário, não serão aceitos.

10.8.7. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado no sistema, antes de findo o prazo.

10.8.8. O resultado da análise laboratorial das amostras deverá ser comunicado no sistema no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento das amostras, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa. **5.8.9.** Caso nenhum dos licitantes tenha sua amostra aprovada, o certame será declarado fracassado para o item correspondente, podendo a Administração adotar as medidas previstas no art. 75 da Lei n° 14.133/2021 ou promover nova licitação.

10.9. SUBCONTRATAÇÃO

10.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a atividade de distribuição e revenda de combustíveis exige autorização regulatória específica emitida pela ANP, a qual é personalíssima ao distribuidor ou revendedor habilitado. A subcontratação poderia implicar o



fornecimento por empresa sem a devida autorização, comprometendo a legalidade e a rastreabilidade do produto, em desconformidade com a Lei nº 9.478/1997.

10.10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

10.10.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária para crédito em conta indicada pelo contratado, conforme o quantitativo efetivamente entregue. A conta deverá ser informada no ato da assinatura do contrato.

10.11. DA EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO REGULATÓRIA

10.11.1. Para fins de habilitação técnica complementar, a licitante deverá apresentar Certificado de Autorização de Funcionamento de Empresa emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, válido na data da sessão pública, demonstrando que a empresa está regularmente habilitada para distribuição ou revenda dos combustíveis objeto desta contratação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 9.478/1997 e das regulamentações da ANP aplicáveis à atividade.

10.11.2. A manutenção da autorização de funcionamento junto à ANP deverá ser comprovada pela contratada a cada solicitação de pagamento, como condição para a liquidação da despesa, cabendo ao fiscal administrativo verificar a regularidade desse documento nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

10.13. Prestar e dar garantia dos produtos e serviços fornecidos:

10.14. Executar o fornecimento dentro dos padrões e especificações do Edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

10.15. Durante o período de garantia, a Contratada será a responsável pela solução de quaisquer problemas provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de falhas na concepção, matéria prima, fabricação, inspeção, embalagens e transportes. Excluir-se-ão, entretanto, os danos ou defeitos decorrentes de uso inapropriado do equipamento ou influências externas de terceiros, não imputáveis à empresa vencedora.

10.16. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA.

10.17. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.



- 10.18.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 10.19.** Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.
- 10.20.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 10.21.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.
- 10.22.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 10.23.** As Autorizações de Fornecimento advindo do presente Registro Preços somente poderão ser expedidas pelo Setor de Compras.
- 10.24.** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.
- 10.25.** Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 10.26.** Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas relacionadas a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata de Registro de Preços.
- 10.27.** Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da feitura da “Nota de Empenho”, a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades.
- 10.28.** A contratada deverá assinar a Ata de Registro de Preço em até 5 (cinco) dias, sendo cabíveis as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.



10.29. A contratada deverá garantir que o item adquirido esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 conforme descritos nos artigos 155 a 163 da referida lei no que couber.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1 São prerrogativas da Contratante as previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 Este Contrato poderá ser rescindido em conformidade com o previsto nos art. 137 à 139 da Lei 14.133/2021, caso seja vantajoso para administração.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PRESENTE CONTRATO

14.1 O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Servidor designado para esse fim o(a) Sr (a), Portaria/ do dia ...de de, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- I. Fiscalizar e atestar os serviços prestados, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;
- II. Comunicar eventuais falhas no cumprimento do objeto contratual, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias cabíveis;
- III. Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados aos serviços prestados.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Vila Rica / MT para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Aplica-se a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 com suas alterações posteriores e do Código Civil Brasileiro ao presente contrato, em especial aos casos omissos.

Vila Rica / MT, de de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
JOÃO SALOMÃO PIMENTA
GESTÃO 2025-2028
CNPJ: 03.238.862/0001-45
Contratante

.....
.....
Contratada



MODELO DE PROPOSTA ECONÔMICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0../2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0../2026

REGISTRO DE PREÇO Nº .../2026

1. Razão Social da Empresa:
2. CNPJ Nº:
3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço Completo:
6. Telefone: (XXX)..... Fax: E-mail:
7. Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias.**
8. Prazo de Pagamento: **Conforme edital.**
9. Banco: Agência: Conta Corrente:
10. Representante da Empresa:
11. Cargo: RG: CPF:

Apresentamos nossa Proposta para fornecimento do objeto acatando todas as estipulações consignadas no Edital conforme planilha de preço a seguir:

LOTE Nº – (colocar na proposta somente os lotes arrematados)

ITEM	DESCRIÇÃO	FABRICA NTE	UN D	QTD E	UNIT . R\$	TOTAL R\$
TOTAL						

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

.....//

Carimbo/Cnpj e Assinatura do Representante da Empresa

*“7.24 - Os lances ofertados serão no valor global do lote. Na contratação, para o cálculo do valor unitário, será dividido o valor do lance, pela quantidade total de unidades licitadas do Lote. No caso em que esta divisão resultar em um valor unitário com centavos, **serão considerados, SOMENTE, as 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.**”*



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa
....., estabelecida na Rua
....., n.º, bairro,
cidade....., estado....., CNPJ n.º
....., é nosso fornecedor de (*descrever os serviços executados*), cumprindo sempre
e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados ou produtos entregues,
pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto licitado, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos o presente.

...../....., de de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome legível

Cargo

Carimbo CNPJ

OBSERVAÇÃO: Este modelo serve apenas como referência, não sendo obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica idêntico, desde que o atestado apresentado possua todas as informações constantes deste modelo.



DECLARAÇÕES

Empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA sob as penas da Lei:

1) ATENDIMENTO AO ART. 68, INCISO VI da LEI 14.133/2021 e Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal: “... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2) ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º, § 1º da LEI 14.133/2021, NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL E SOCIETÁRIO, SERVIDORES PÚBLICOS exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

3) DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO: que, até a presente data inexistem (m) fato (s) impeditivo (s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4) VERACIDADE DOS DOCUMENTOS, que assume a responsabilidade pelas informações contidas nos documentos, inseridos e encaminhados para a participação do certame.

5) DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações do objeto da Licitação,

6) DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA: a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pela Proponente), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; bem como da responsabilidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

Local e data Nome, identificação e assinatura do licitante.



EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

. DA HABILITAÇÃO

1.1. Deverão constar os seguintes documentos:

1.1.1. **Declaração conforme Anexo 06.** (Também deve ser anexada à plataforma, sob pena de desclassificação).

I – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de 01 (um) ou mais, **atestados de capacidade técnica**, que comprove já ter fornecido produtos constantes do objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se relacionem os produtos fornecidos, informando, sempre que possível valor e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido pelas entidades, em papel timbrado, assinados, datados conforme Anexo 05 do Edital.

II – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade (**RG**) e Cadastro de Pessoa Física (**CPF**) de todos os sócios da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa enquadrada como MEI;
- c) Número do Pis/Pasep, no caso de empresa enquadrada como MEI;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.

III – RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;



- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Nacional** (Dívida Ativa e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhista** (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, expedida gratuitamente e eletronicamente conforme determina o Art. 4º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes **estadual**, relativa ao domicílio da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual (SEFAZ)** acompanhada da **Certidão Negativa da PGE (Dívida Ativa)** em (Original ou cópia autenticada). (Original: Quando constar no corpo da certidão a observação de que a mesma só é válida no original, do contrário aceita-se cópia autenticada) e **Fazenda Municipal** do domicílio da empresa, na forma de lei;

IV - RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de falência e concordata autor e réu** expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, caso não conste a data de validade na certidão, **será considerado 90 (noventa) dias após a data de emissão** (Original ou cópia autenticada). (Original: Quando constar no corpo da certidão a observação de que a mesma só é válida no original, do contrário aceita-se cópia autenticada).
- b) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado** da sua sede, caso não conste a data de validade na certidão, será considerado **90 (noventa) dias após a data de emissão**.
- c) **Balanco Patrimonial**, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.1.1 - Os licitantes arrematantes terão o prazo de até 4 (quatro) horas após o encerramento do pregão, para anexar os documentos exigidos em edital e a proposta ajustada devidamente assinada digitalmente, na plataforma licitações, caso não possua assinatura digital, a proposta deverá ser entregue no setor de licitação em até 5 (cinco) dias.

1.1.2. Os documentos que não possuem assinatura digital ou autenticação digital deverão ser encaminhados ao setor de licitação do prazo de 05 (cinco) dias uteis.

1.1.3 - As empresas participantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas inabilitadas.



1.1.4 - Os documentos relacionados nesta Seção referir-se-ão sempre à jurisdição do local de domicílio da sede do proponente, exceto para os documentos constantes da alínea “a” do inciso I, do item 1.1, relativamente ao atestado de capacidade técnica para as empresas.

1.1.5. No recebimento dos documentos originais não serão aceitos nenhuma data posterior a data do pregão, inclusive autenticações.

1.1.6. - A verificação pela Pregoeira nos sites oficiais das entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.



DESCRIÇÃO E QUANTIDADES

As especificações e as quantidades dos produtos registrados nesta ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE N° 01 - DIESEL S500

ITEM	DESCRIÇÃO	FABRICANT E	QTD	UND	UNIT	TOTAL R\$
1	DIESEL S500		750.000	LITROS	6,92	5.190.000,00

LOTE N° 02 – GASOLINA COMUM

ITEM	DESCRIÇÃO	FABRICANT E	QTD	UND	UNIT	TOTAL R\$
1	GASOLINA COMUM		10.400	LITROS	7,41	77.064,00